

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO- CACS FUNDEB - 22/08/2025

Aos 22 dias do mês de Agosto de dois mil e vinte e cinco, na sala Paulo Freire da secretaria municipal de educação de Ubatuba, localizada na Rua Gastão Madeira, 101, ocorreu a reunião do Conselho de Acompanhamento e Controle Social – CACS do FUNDEB. A reunião teve início às 14:53, em segunda chamada, tendo como pauta a validação do SIOPE Mavs do 2º bimestre. O sr. presidente apresentou, por meio de data show, a tela do sistema após realizar seu login, para que todos os conselheiros pudessem acompanhar a análise. Ali verificou que o sistema reconhecia a existência de uma conta do banco Santander, o que entende que não poderia ocorrer no SIOPE, informando que já havia notificado a prefeitura sobre tal fato. Apresentou as telas de funcionários remunerados com o recurso. Prosseguiu para a tela que apresentava os recursos recebidos de Janeiro e Abril, apresentando valor efetivamente repassado e valor arrecadado devido a rendimento da aplicação financeira, que juntos totalizaram R\$ 36.286.956,041. Falou das complementações VAAR e VAAT, das quais até o ano anterior, Ubatuba não teve direito. A sra. Ana Paula questionou se os dados que o MEC usa como parâmetro para cálculo dos repasses vem do censo escolar, ao que o sr. Augusto informou que sim. Ele e a sra. vice presidente, sra. Ana Tereza, atribuem o problema da desigualdade, única condicionalidade na qual Ubatuba não conseguiu atender, às declarações dadas pelas famílias no ato de fazer as matrículas, e pelos próprios alunos, em provas dadas pelo governo, não informando de suas raízes quilombolas, ao que as sras. Nívia e Inah, conselheiras e supervisoras de ensino, explicaram que já tem sido feito um diálogo com as escolas, para que tal situação não cause impedimentos futuros. O sr. Augusto prosseguiu apresentando os valores da despesa registrados no sistema, que totalizavam R\$ 32.313.202,72, apontando que há um valor não aplicado que poderia sim já ter sido utilizado, considerando a quantidade de coisas que a educação precisa. Observou também o valor de recurso reprogramado no sistema, ainda crescente, do qual a prefeitura já foi informada pelo conselho. Observou também a questão dos pagamentos dos professores especialistas, que não tiveram seus rendimentos atualizados por 240 horas. Com essas observações, o sr. Augusto aprovou a prestação de contas do SIOP Mavs, com concordância dos demais conselheiros. Feito isso, o sr. Augusto distribuiu entre os membros trechos de uma cartilha que tratava das competências de cada esfera governamental na garantia do transporte de qualidade dos alunos, bem como sobre o PNATE, recurso fiscalizado pelo conselho voltado ao transporte escolar. Ele leu trechos que tratavam dos veículos apropriados para o transporte escolar, da

contratação de empresa terceirizada, que atende no município apenas bairros mais afastados e de difícil acesso. A sra. Inah informou que a gestão tem buscado formas de melhorar o acesso a estes, , convidando os conselheiros a um dia fazer esses trajetos, para entenderem as rotas e a situação enfrentada pelos motoristas e alunos atendidos. Prosseguiu falando do SIGECON, sistema onde o conselho responde um questionário sobre a atuação do CACS, discorrendo sobre o conteúdo deste. A sra. Ana Tereza deu seguimento à leitura, falando das ocasiões em que o repasse pode ser descontinuado, seguido pela sra. Aline, que leu o trecho que falava de como reestabelecê-lo nestes casos. O sr. Augusto prosseguiu falando da aplicação do PNATE, e a sra. Ana Tereza, sobre as responsabilidades da entidade executora. O sr. Augusto falou sobre o cálculo do recurso, que considera alunos de povos tradicionais, voltando a reforçar a importância do trabalho da secretaria e da supervisão em orientar os pais de alunos e secretarias de escolas, para que as declarações nos atos das matrículas sejam feitas corretamente. A sra. Ana Tereza falou sobre as formações da UNCME que participou, expondo suas preocupações em relação a aplicabilidade do ensino integral, pois percebe que a rede de ensino de Caraguá, não há condições de ser aplicado. Disse que, apesar disso, Ubatuba ainda tem suas vantagens, já que Caraguá acabou tendo problemas com duas condicionalidades do VAAR. A sra. Inah ressaltou que o poder executivo tem avançando nas avaliações ligadas à educação, e como a gestão tem pensados em meios para melhorar ainda mais os índices, citando ações onde alunos da rede municipal e das quais chegaram a ser premiados por isso. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata do CACS FUNDEB.